

# A RUA ENQUANTO ESPAÇO COMERCIAL: TIPOLOGIAS E TOPOGRÁFIAS (SÉCULOS XV-XVIII)

DANIELA NUNES PEREIRA\*

**Resumo:** Este texto explora a evolução das ruas como espaços comerciais nos séculos XV a XVIII, destacando a interseção entre arquitetura e a sua localização no tecido urbano. Nesse período de notável crescimento económico, os poderes dominantes demonstraram um interesse crescente nos espaços urbanos destinados ao comércio, deixando uma marca distintiva na arquitetura das ruas. Muitas vezes caracterizadas pela presença de arcos ou alpendres, essas estruturas, embora funcionalmente práticas, tornaram-se marcas visíveis da atividade comercial na paisagem urbana.

O objetivo deste estudo é analisar as ruas não apenas como vias de passagem e conexão na cidade, mas como núcleos vitais para as transações comerciais. A análise centra-se em três exemplos de ruas comerciais portuguesas, organizadas cronologicamente: a rua Nova dos Mercadores em Lisboa, a rua Nova ou do Souto em Braga e a rua Ancha em Évora. A intenção principal é averiguar o papel da arquitetura na delimitação e controlo dos espaços comerciais urbanos. Ao mesmo tempo, discutiremos e compararemos as configurações formais e funcionais dessas ruas, proporcionando uma compreensão de como a arquitetura e a economia se entrelaçaram para moldar as características únicas de cada rua.

**Palavras-chave:** Rua; Arquitetura Comercial; História Económica; Época Moderna.

**Abstract:** The Street as a Commercial Space: Typologies and Topographies (15<sup>th</sup>-18<sup>th</sup> Centuries). This text explores the evolution of streets as commercial spaces in the 15<sup>th</sup> to 18<sup>th</sup> centuries, highlighting the intersection between architecture and location. In this period of remarkable economic growth, the dominant powers demonstrated an increasing interest in urban spaces dedicated to commerce, leaving a distinctive mark on street architecture. Often characterized by the presence of arches or covered walkways, these structures, while functionally practical, became visible marks of commercial activity in the urban landscape.

The purpose of this study is to analyze streets not only as passages and connections in the city but as vital hubs for commercial transactions. The analysis focuses on three examples of Portuguese commercial streets, organized chronologically: Rua Nova dos Mercadores in Lisbon, Rua Nova or do Souto in Braga, and Rua Ancha in Évora. The primary intention is to investigate the role of architecture in delineating and controlling urban commercial spaces. At the same time, we will discuss and compare the formal and functional configurations of these streets, providing an understanding of how architecture and the economy intertwined to shape the unique characteristics of each street.

**Keywords:** Street; Commercial Architecture; Economic History; Early Modern Age.

---

\* Universidad Complutense de Madrid. Post Doctoral Research Juan de la Cierva (Ref. FJC2021-046573-I; MCIN; AEI;10.13039/5011000110). Grupo HISEURAM: Historia de las Ciudades Hispanas y Europeas, y su Proyección a América (1250-1600). Email: dani\_sofia@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9223-2906>.

## ALPENDRES E ARCADAS: UMA IDENTIDADE DOS ESPAÇOS COMERCIAIS<sup>1</sup>

Nos finais do século XV, a rua não era apenas um lugar de passagem, mas um espaço multifuncional com significados e usos diversos, que iam além do seu papel de conexão entre os espaços urbanos e edifícios. Nesse período, a rua passou a ser reconhecida como um espaço autónomo, ou seja, um local que tinha a sua própria importância e função dentro da estrutura urbana. Essa hierarquia podia-se manifestar de várias maneiras, fosse pela concentração de diferentes ofícios ou como lugar de reunião e troca<sup>2</sup>.

Ampliando a perspectiva, ao examinarmos a historiografia europeia sobre as ruas com vocação comercial, encontramos exemplos da evolução dessas artérias ao longo do tempo. Um exemplo desse processo ocorreu em Friburg, na Suíça. Nesta cidade, presenciámos a transição das rudimentares barracas de madeira para robustos arcos de pedra, a partir da segunda metade do século XIII. Conforme documentado por Christiane Roussel, os burgueses desfrutavam do privilégio de estabelecer arcos de pedra à frente das suas residências. A influência dessa prática pioneira alastrou-se ao longo dos séculos XV e XVI, propagando-se por outras ruas comerciais, que passaram a apresentar grandes secções de arcadas<sup>3</sup>.

Além do exemplo friburguês, vale a pena mencionar o modelo das casas de mercadores da região da Lazio (Itália) no século XIV. Sobre este modelo, Enrico Guidone apresenta uma esclarecedora perspectiva sobre a génese das ruas alpendradas. Deste modo, a casa com um ou dois arcos de volta representou a evolução de um modelo mercantil com lojas, facilmente encadeado em sequência para formar ruas com arcadas. Note-se, ainda, que o uso do pórtico (alpendre, arcada ou balcões) requeria uma ampliação considerável da largura da rua, podendo, em alguns casos, converter-se numa verdadeira rua-praça, destinada ao mercado. Simultaneamente, esse arranjo permitiu a sobreposição de andares superiores, resultando num significativo aproveitamento do espaço urbano<sup>4</sup>.

A discussão em torno da inclusão de arcos ou pórticos como elementos arquitetónicos fundamentais também se manifestou no âmbito dos tratados de arquitetura renascentistas, como os escritos teóricos de Alberti, Filarete e Palladio. Nesses tratados, emergiu a prescrição de que a principal via da urbe deveria apresentar-se dotada de duas fileiras paralelas de pórticos. Este ideal arquitetónico, embora baseado em razões estéticas, não descurou a sua relevância funcional no contexto do tecido

---

<sup>1</sup> Este artigo inclui passagens, metodologias, ideias e conclusões que foram originalmente elaboradas na minha tese de doutoramento. PEREIRA, 2021.

<sup>2</sup> CALABI, 2001: 32.

<sup>3</sup> ROUSSEL, 2010: 249-250.

<sup>4</sup> GUIDONE, 1990: 55-64.

urbano. A estrutura arquitetónica em questão, além de salvaguardar os transeuntes das intempéries, promovia-se, conseqüentemente, como uma delimitação de perímetro em que a vida quotidiana e o comércio poderiam coexistir harmoniosamente<sup>5</sup>.

Essa abordagem arquitetónica também encontrou eco na primeira metade do século XVI, quando a coroa espanhola implementou uma série de diretrizes urbanísticas nos territórios recém-conquistados do Novo Mundo. O objetivo era regular os espaços comerciais que se definiriam, culminando na formulação das *Ordenanzas de Población* ou *Ley de Indias*. Destaca-se, em especial, o artigo 115, relativo à emblemática Praça Real, espaço a partir do qual se delineariam as ruas e quadras da cidade, estabelecendo uma imposição de tipologia formal e arquitetura especializada. As ruas que irradiavam a partir dos quatro lados da Praça Real tinham, por determinação régia, de incorporar a característica de serem inteiramente providas de *portales* ou *soportales*. Nesse contexto, as arcadas, alpendres ou balcões manifestaram-se como componentes primordiais dessa estética regulamentada. Tais estruturas, situadas predominantemente no piso inferior dos edifícios, serviam como espaços para lojas e oficinas, e posteriormente seriam arrendadas pela coroa, pelas autoridades municipais ou por entidades religiosas. A indicação de dotar todas as praças e as quatro ruas circundantes de arcadas representava, segundo o rei Filipe II, uma medida de grande conveniência para os comerciantes que frequentavam aqueles espaços<sup>6</sup>.

Os exemplos aqui aludidos mostram como determinadas estruturas arquitetónicas foram projetadas e adaptadas para atender às necessidades comerciais. Destacando as diferenças entre as cidades, podemos apontar as seguintes observações: as atividades económicas influenciaram a evolução das vias com vocação comercial; os alpendres ou arcadas presentes na correnteza de uma rua são peças cruciais na demarcação das atividades comerciais; são igualmente um elemento arquitetónico que traz consigo rendimentos associados.

## TRÊS CASOS DE RUAS COMERCIAIS: LISBOA, BRAGA E ÉVORA

Para investigar a evolução das ruas comerciais em Portugal seleccionámos, como estudo de caso, três ruas de cidades distintas. Concentramos a análise nos exemplos mais significativos de cada localidade, com o objetivo de examinar e contrastar as características formais e funcionais, com especial ênfase na arquitetura das fachadas ao longo das ruas e da sua relação com o comércio; bem como as regulamentações que subjazem aos espaços comerciais.

<sup>5</sup> MERLO, 2016: 120.

<sup>6</sup> *Transcripción de las Ordenanzas [...]*, 1973: 88.

## RUA NOVA DOS MERCADORES – LISBOA

No contexto da construção da muralha ribeirinha de Lisboa em 1294, durante o reinado de D. Dinis, presenciamos um empreendimento que abrangia não apenas a proteção e defesa da cidade, mas também uma notável reorganização do seu tecido urbano margeado pelo rio Tejo. Como resultado desse empreendimento, uma nova artéria surgiu<sup>7</sup>.

Antes do devastador terremoto de 1 de novembro de 1755, a rua Nova dos Mercadores apresentava uma configuração arquitetónica caracterizada pela presença de alpendres, que se formou a partir das arcadas que D. Afonso V (1438-1481) mandou edificar, num contexto de renovação da rua. Este rei emitiu um decreto a alguns arrendatários das casas da rua Nova, instruindo-os a substituir as antigas estruturas de madeira por alvenaria, construídas sobre arcadas, com paredes de pedra e cal até ao telhado, eliminando as fachadas de madeira. Ao mesmo tempo, este rei tinha decidido privilegiar na rua Nova a venda de artigos de luxo, em detrimento das atividades consideradas inadequadas<sup>8</sup>. Na mais importante rua do império português, esses elementos conferiam à rua Nova uma identidade e função específicas no contexto urbano de Lisboa. A evidência dessa arquitetura é capturada de forma intrigante numa pintura a óleo do século XVI, cuja autoria permanece anónima, pertencente à Society of Antiquaries of London (Fig. 1). Nesta enigmática representação, a fachada da rua Nova dos Mercadores é meticulosamente detalhada, revelando um sistema de arquitraves de madeira que se apoiam em colunas ou esteios de diversas dimensões. Essa complexidade estrutural sugere uma adaptabilidade do espaço, adequando-se às variadas necessidades comerciais da época. Notavelmente, o espaço destinado às atividades comerciais fica situado sob esses esteios, destacando a importância desses elementos arquitetónicos na organização do comércio.

Examinar a arquitetura dos edifícios ao longo da Rua Nova permite apresentar uma relação entre arquitetura, demarcação do espaço, propriedade e função. A documentação do reinado de D. Manuel (1495-1521) relacionada com a rua Nova dos Mercadores lança luz sobre questões cruciais relativas à gestão dos edifícios que têm uma vocação comercial, mais especificamente a complexa relação entre os proprietários e as autoridades concelhias. Em 1498, D. Manuel ordenou o levantamento das pessoas que alugavam as paredes diante das suas casas nesta rua. Um exemplo notável é o caso de Álvaro Nogueira, um fidalgo da Casa Real, que permitiu que merceeiros utilizassem as paredes das suas casas para expor mercadorias<sup>9</sup>. No entanto, o problema surgiu quando esses comerciantes também começaram a colocar assentos, bancos ou cadeiras sob essas mercadorias, onde eles próprios se sentavam enquanto exibiam

<sup>7</sup> CARITA, 1999: 27-29.

<sup>8</sup> ANTT. *Leitura Nova, Estremadura*, Liv. 8, fol. 62-63v e GONÇALVES, 1980: 169.

<sup>9</sup> PINTO, 2017: 369.

seus produtos para os compradores. Esta situação levou Álvaro Nogueira a tomar uma medida. Ele procurou a câmara da cidade para solicitar o aforamento de um côvado de chão da rua em frente à sua casa<sup>10</sup>. Ou seja, pretendia obter uma licença que permitisse ocupar um pedaço do espaço público da rua para uso privado. Porém, este pedido deve ter suscitado um interesse particular do concelho que olhou para a exploração das paredes das casas do piso térreo da rua nova como oportunidade de criação de pequenos nichos de mercado, iniciando-se uma disputa entre proprietário da casa e as autoridades concelhias sobre o uso desses espaços. Além disso, o concelho deve ter encarado a ocupação das paredes como uma oportunidade de cobrar taxas pela utilização. Deste modo, o controlo ordenado pelo monarca pode ser visto como um esforço para garantir que o foro por aquele espaço fosse pago ao concelho, uma vez que o solo sob os arcos ou alpendres era propriedade da cidade. Além disso, a fiscalização e a cobrança de foros pelo município eram um reflexo da perceção do potencial económico da rua. Com a exploração das paredes para exposição de produtos, começou a surgir uma concentração de «lojas de parede».

Na segunda metade do século XVI, durante os reinados de D. João III (1521-1557) e D. Sebastião (1557-1578), observa-se um cenário de transformação nesta rua. Um aspecto notável desse período foi a ascensão dos ricos mercadores como protagonistas do comércio de produtos luxuosos que chegavam ao porto da cidade<sup>11</sup>. Esse fenómeno desencadeou um crescente interesse pela Rua Nova dos Mercadores, que se tornava progressivamente num epicentro de atração. O relato do cronista Damião de Góis, datado de 1554, oferece um vislumbre dessa época. Ele descreve a rua Nova dos Mercadores como um ponto de encontro diário de comerciantes de diversas partes do mundo, que competiam intensamente por oportunidades de negócios<sup>12</sup>. Contudo, nesse ambiente de crescente prosperidade, também emergiam tensões. A relação complexa entre os proprietários dos estabelecimentos comerciais e as autoridades concelhias destacavam-se, principalmente devido às disputas relacionadas com as receitas provenientes dos aforamentos dos tabuleiros, bancos e banquetas — estruturas de comércio temporárias que ocupavam o espaço público.

Durante esse período, a rua Nova dos Mercadores revelava-se como um ambiente singularmente extraordinário, marcado pela abundância de bancos e tabuleiros, que dificultavam a livre circulação<sup>13</sup>. A profusão de estruturas comerciais temporárias levou o concelho a contestar essa situação, refletindo as complexas questões que envolviam o uso do espaço público e o equilíbrio entre interesses comerciais e urbanísticos. Diante desta situação, as autoridades concelhias de Lisboa apresentaram

---

<sup>10</sup> PINTO, 2017: 369.

<sup>11</sup> GSCHWEND, 2017: 134-189.

<sup>12</sup> GÓIS, 2001: 54.

<sup>13</sup> PINTO, 2017: 380-381.



Fig. 1. Lisboa. Pintura da rua Nova dos Mercadores de Lisboa, século XVI. Fonte: Society of Antiquaries of London

uma queixa ao rei, argumentando que a rua deveria servir os interesses coletivos, em vez de ser dominada por interesses comerciais individuais. Embora a contestação evoque o «uso comum» e o «bem público» da rua, evidenciam-se ambições financeiras. Mais do que defender os interesses coletivos, o motivo da queixa parece ser a preservação do valor das rendas geradas pela ocupação da rua. Por esse motivo, o concelho recorreu ao rei a solicitar a sua intervenção para garantir que os artesãos em questão pagassem um foro à cidade. O concelho alegou que o número desses artesãos era significativo e continuava a crescer, ocupando, cada vez mais, a maior parte da rua, sem contribuir financeiramente. No final, a coroa tomou a decisão de permitir que os sirgueiros continuassem a usar os seus tabuleiros sob os pórticos. No entanto, essa autorização estava condicionada ao pagamento de uma parte do foro ao concelho e outra parte aos proprietários das casas<sup>14</sup>.

## RUA DO SOUTO E RUA NOVA DO SOUSA – BRAGA

Durante o período em que D. Diogo de Sousa ocupou o arcebispado de Braga, compreendido entre os anos de 1505 a 1532, a cidade passou por um processo de renovação urbana. Nesse contexto de revitalização, uma parcela significativa dos recursos disponíveis foi direcionada para a construção de novas infraestruturas destinadas às atividades mercantis. Um empreendimento que merece atenção foi a abertura de uma nova via, projetada para criar uma ligação fluída entre duas entradas importantes da antiga muralha: a porta do Souto, situada a leste, e a porta Nova, erguida a oeste<sup>15</sup>.

Apesar de ter dois nomes diferentes — Rua do Souto e Rua Nova do Sousa — trata-se, na verdade, de uma única via. Isso é evidenciado no *Mappa da Cidade de Braga Primas*, desenhado por André Ribeiro Soares, por volta de 1756 (Fig. 2). Este novo eixo, que atravessava o tecido urbano mais antigo, estabelecia uma conexão

<sup>14</sup> PINTO, 2017: 380-381.

<sup>15</sup> MAURÍCIO, 2000: vol. I, II, 295-303.

vital entre o centro da cidade e as áreas periféricas. Ele emergia como uma extensão das reformas concebidas para os espaços comerciais, formando um *continuum* com as estruturas comerciais preexistentes. Nas proximidades dessas áreas, D. Diogo de Sousa encomendou a construção de alpendres para abrigar mercadores de outras regiões que traziam diversos produtos e suprimentos para a cidade. O alpendre da porta do Souto, por exemplo, era destinado a receber e tributar mercadores. Dentro das muralhas, a praça do pão era o local onde o senado exercia o controlo sobre a compra e venda de pão. Próximo à porta Nova, num alpendre, realizava-se a venda do peixe<sup>16</sup> (Fig. 3). Nesse contexto, a edificação de casas ao longo desta artéria evidencia uma estratégia para adaptar a rua às atividades comerciais, seguindo uma tipologia arquitetónica estabelecida. As construções resultantes, expandiam-se ao longo de três «varas» de largura por quatro «varas» de comprimento, tendo, geralmente no piso térreo, dois largos portais que abriam para a rua pública<sup>17</sup>. É interessante notar que, em grande parte, esta configuração estava associada aos artesãos locais de Braga. A ligação desta tipologia aos artesãos realça uma relação entre a forma arquitetónica e as exigências particulares das atividades profissionais. A maioria das residências era composta por dois portais, sendo um mais largo que o outro para permitir a entrada de um carro de bois<sup>18</sup>.

As casas da rua Nova de Braga manifestavam uma configuração arquitetónica distintamente definida, que evocava uma forma derivada da estrutura do alpendre:

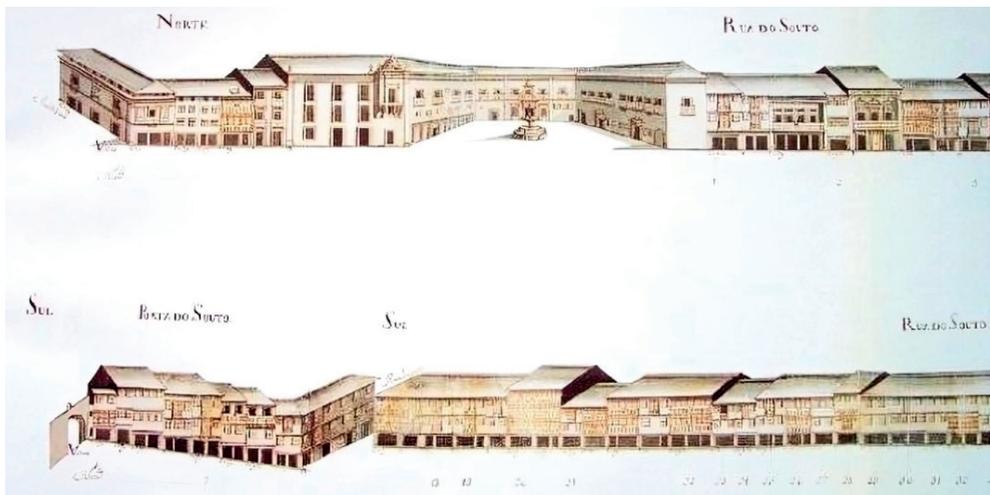


Fig. 2. Braga. Rua do Souto no *Mapa das Ruas de Braga*, ca. 1750. Fonte: ROCHA, 1989 [1750]

<sup>16</sup> PEREIRA, 2019: 222-223.

<sup>17</sup> PEREIRA, 2000: 168-169.

<sup>18</sup> PEREIRA, 2000: 65.



**Fig. 3.** Braga – Localização da rua Nova do Sousa ou do Souto e da sua relação com os espaços de mercado no durante o arcebispoado de D. Diogo de Sousa. Legenda: 1 – alpendre da porta do Souto; 2 – praça do pão; 3 – alpendre do peixe; 4 – alpendre do açougue da carne; 5 – alpendre do açougue do peixe; 6- rua Nova do Sousa e ou do Souto; 7 – Campo dos Touros; 8- alpendre do pão. Fonte: *Mappa/[d]a /cidade/ de/ braga/ pri/mas*. Andre Ribeiro S[oa]res da Sylva, ca. 1756. BA – Col. cartografia Ms.

portais amplos, sem subdivisões internas, dispostos separadamente por pilastras, pilares ou colunas, que sustentavam uma arquitrave ou dintel de porta. Essa conceção manifesta-se em descrições de cartas de aforamento de habitações como esta: «uma só loja sem divisão alguma, com três portas grandes, de serventia da mesma loja»<sup>19</sup>. Na sua composição, as fachadas parecem evocar o modelo do alpendre, simulando a existência de uma rua coberta, como se pode inferir ao examinar o referido *Mappa das Ruas de Braga*. No entanto, essa simulação não viabilizava uma circulação ininterrupta entre as habitações, lançando uma interrogação sobre os motivos subjacentes a esta escolha formal<sup>20</sup>. Não obstante, pode-se presumir que esta solução foi deliberadamente adotada para criar uma via com proporções mais amplas. Deve-se, neste âmbito, recordar as observações de Enrico Guidoni, ao sinalizar que «a introdução de arcadas pressupõe uma largura acrescida para a rua»<sup>21</sup>.

<sup>19</sup> AMB. *Primeiro Livro do Tombo dos Bens e Propriedades*. 1737, fol. 179.

<sup>20</sup> PEREIRA, 2019: 224-225.

<sup>21</sup> GUIDONI, 1990: 56.

## RUA ANCHA – ÉVORA

A rua Ancha, hoje denominada João de Deus, teve origem junto à igreja de Santo Antão, localizada no topo norte da praça do Giraldo, alongando-se em direção à porta Nova. Seguindo o contorno da muralha medieval, esta rua acompanhava o seu traçado exterior desde a praça, delineando parte de seu percurso em direção a norte. A natureza comercial desta via reflete a sua estreita relação com a praça que, desde o século XIV, era o principal espaço comercial da cidade. Esta ligação funcional comprova-se pela extensão das arcadas do lado leste da praça, que se prolongavam ao longo da rua Ancha e também da rua do Paço, atualmente conhecida como rua da República.

As fontes medievais fornecem dados sobre a evolução do ambiente urbano e arquitetónico da rua Ancha, influenciado pelas dinâmicas comerciais que aqui tiveram lugar ao longo dos séculos. No início do século XIV, próximo à porta de Alconchel, eram frequentemente instalados alpendres de madeira, que funcionavam como estruturas comerciais temporárias. Conforme documentado por Ângela Beirante, o rei D. Dinis (1279-1325) concedia aforamentos de tendas e poiais a vendedores que quisessem vender junto àquela entrada<sup>22</sup>. Em meados do século XV, durante o reinado de D. João I (1385-1433), o concelho de Évora empreendeu a construção de uma nova parede junto a esta porta da muralha. A iniciativa do concelho desencadeou um conflito com as regateiras e fruteiras que ali tinham estabelecido os seus pontos de venda. Elas acusaram o concelho de atrapalhar os seus negócios, evidenciando uma disputa pela ocupação deste espaço<sup>23</sup>. Este ato de apropriação por parte do concelho destaca a importância e o crescimento da atividade comercial à porta do Alconchel. No entanto, também reflete a necessidade de o concelho manter a ordem para exercer o controlo sobre a arrecadação das receitas fiscais provenientes dos postos de venda.

Em termos arquitetónicos, a rua Ancha caracteriza-se pela presença de arcos que se apresentam de forma desarticulada e assimétrica. Essa composição arquitetónica sugere a existência de várias fases construtivas ao longo da história da rua, indicando uma evolução gradual, porém constante (Fig. 4). De acordo com as observações de Fabrizio Pensabenne, a presença de desalinhamentos nos arcos ou alpendres das fachadas das ruas, evidentes nos recuos, avanços, variações de largura, altura, profundidade e distintos formatos, mostra diferentes momentos na formação da rua. Não obstante, uma sequência de arcos uniformes, pode apontar para uma única propriedade<sup>24</sup>.

<sup>22</sup> BEIRANTE, 1988: 100-103.

<sup>23</sup> PEREIRA, 1998: 112.

<sup>24</sup> PENSABENE, 2008: 67-93.



**Fig. 4**  
Évora.  
Conjunto das arcadas  
da praça do Giraldo  
Fonte: Fotografia da  
autora, 2016

De facto, no ano de 1707 e 1709, testemunhamos o estabelecimento de comerciantes ao longo da rua Ancha, um caso que estimulou uma série de reformas nas edificações já existentes, marcadas pela introdução de elementos arquitetónicos distintos, em especial o uso do arco. Os registos notariais da cidade de Évora revelam uma série de requerimentos apresentados pelos mercadores à câmara, a solicitar a permissão para erigir arcos nas fachadas das suas residências. Essa iniciativa visava não apenas a expansão dos seus espaços comerciais, mas também a ampliação do andar superior das casas, ao mesmo tempo que protegia as suas lojas das condições climáticas adversas que poderiam prejudicar os negócios. Essas transformações arquitetónicas encontram expressão tangível nos casos dos mercadores de mercearia João Martins Coelho e Manoel Mendes Espada.

Em conformidade com as instruções do concelho, antes de qualquer intervenção arquitetónica, era realizada uma vistoria ao lote. Dois funcionários do concelho mediam o espaço a ser modificado, a fim de determinar as dimensões dos arcos que eram, então, incluídas no contrato para garantir que fossem respeitadas. Após uma inspeção rigorosa, a autorização para a construção definitiva do arco era concedida, com a condição de que o arco permanecesse sempre aberto para uso público, que fosse semelhante aos arcos das casas vizinhas, e que, sobre o arco, pudesse ser construída uma dependência<sup>25</sup>. Este tratamento também se aplicou ao mercador de mercearia Manuel Mendes Espada, cuja licença e arrendamento revelaram que a construção de um novo arco representava uma fonte adicional de receita para o concelho. Os impostos resultantes da venda do terreno e da renda anual contribuía para as arcas municipais, desde que a passagem sob o arco não fosse obstruída. Esta disposição

<sup>25</sup> ADE. *Escritura de aforamento de hum cham....* [1707], fol. 235-239.



Fig. 5  
Évora, Rua Ancha (atual  
rua João de Deus)  
Fonte: Fotografia da  
autora, 2016

indicava que o comércio ocorreria na parte frontal da casa, onde uma mesa ou bancada poderia ser instalada para a exposição de produtos<sup>26</sup> (Fig. 5).

No decorrer da primeira metade do século XVIII, a rua Ancha consolidava-se como um núcleo comercial em franca expansão. Adicionalmente, aqueles contratos lançam luz sobre o significado funcional das arcadas à frente das casas. O concelho eborense assumia o seu papel regulador na gestão dos lotes urbanos, estabelecendo as diretrizes para as expansões arquitetónicas. Além disso, é evidente que todas as partes envolvidas podiam colher benefícios e lucros através das transações comerciais. A coroa beneficiava da tributação sobre os produtos; o concelho lucrava com a venda de terrenos e o arrendamento das arcadas e os mercadores tiravam vantagens proporcionadas pela localização estratégica das suas lojas<sup>27</sup>.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto das ruas com vocação comercial, é fundamental destacar as características comuns que as definem. Normalmente, estas ruas estão estrategicamente localizadas próximas às praças com funções comerciais, o que resultou no desenvolvimento de vias onde inúmeros comerciantes se estabeleceram. No que diz respeito à dimensão arquitetónica dessas ruas, a documentação histórica aponta para um traço distintivo que denota a sua natureza comercial: a presença de alpendres ou arcadas no piso inferior.

A análise das semelhanças e diferenças entre as três ruas sugere que a evolução do espaço urbano é profundamente influenciada pelas necessidades específicas de

<sup>26</sup> ADE. *Aforamento em fatiozim de hum arco...* [1709], fol. 245-246.

<sup>27</sup> PEREIRA, 2021: 125-131.

cada cidade. Em Lisboa, a rua Nova dos Mercadores representava uma ligação entre o comércio de luxo e as dinâmicas comerciais do império português. As arcadas e alpendres foram resultado da intervenção régia, que não ofereciam apenas um ambiente comercial protegido, mas também demonstravam o desejo de ordenar o espaço público de acordo com as aspirações estéticas e económicas. Em Braga, durante o período do arcebispado de D. Diogo de Sousa, a rua do Souto ou rua Nova do Sousa surgiu como uma resposta ao dinamismo do comércio local. A construção de novos alpendres e a criação de uma via que conectava duas importantes entradas da muralha mostram a atenção dada ao cenário mercantil. A prevalência de portais amplos das casas, especialmente adaptados para os artesãos locais, ressalta a interligação entre a tipologia arquitetónica e as atividades económicas específicas da cidade. Em Évora, a rua Ancha estava intrinsecamente ligada à praça do Giraldo. A sucessão de arcos, desarticulados entre si, indica uma formação à medida que o comércio evoluía.

Das três ruas, as de Lisboa e Évora são as que apresentam preocupações relacionadas com o uso, propriedade e tributação. Durante a análise da arquitetura dos edifícios ao longo dessas três ruas somos conduzidos a uma exploração das implicações que cercam a presença de arcadas e alpendres no piso térreo. Estes elementos arquitetónicos emergem como testemunhos materiais das dificuldades inerentes à administração de tais espaços, envolvendo questões de propriedade, funcionalidade, comércio e tributação. Na rua do Sousa ou rua Nova do Souto, os edifícios eram caracterizados por portas largas, ladeadas por pilastras, pilares ou colunas que sustentavam uma arquitrave. Embora essa estrutura representasse uma variação da tipologia do alpendre, a ausência de uma rua coberta não parecia causar problemas no contexto do uso comum. No entanto, em Lisboa, essa questão gerou conflitos significativos, com o município pedindo à coroa que os comerciantes da rua Nova dos Mercadores fossem obrigados a pagar um foro à câmara. Isso levou o rei a tomar a decisão de compartilhar os lucros entre os proprietários das casas e a câmara. Apesar da falta de referências diretas em relação ao caso de Évora, os contratos de construção das casas com arcos na rua Ancha sugerem normas que visavam proteger os interesses do concelho. Deste modo, era estipulado no contrato que o chão coberto — o «ar» como aparece na documentação — era propriedade da câmara, da qual recebia um montante anual.

Nesta análise das ruas enquanto espaços comerciais, observámos o impacto das trocas comerciais na morfologia urbana. O comércio, que desempenhou um papel central, não apenas definiu a estética do ambiente arquitetónico que abrigava as atividades mercantis, como também desempenhou um papel fundamental na configuração das regulamentações e práticas tributárias.

## FONTES

### Arquivo Distrital de Évora

ADE. *Escritura de aforamento de hum cham para fazer um arco que o senado da Camara de evora aforou a João Martins Coelho, mercador*. Cota 224, fol. 235-239, [9 de fevereiro de 1707].

ADE. *Aforamento em fatiozim de hum arco que fez Manoel Mendes Espada ao Senado da Câmara*. Cota 224, fol. 245-246. [8 de agosto de 1709].

### Arquivo Municipal de Braga

AMB. *Primeiro Livro do Tombo dos Bens e Propriedades, Foros e Pensoins Pertencentes ao Senado da Camera Secular desta Cidade de Braga* [fevereiro a julho de 1737], fol. 179.

### Arquivo Municipal-Arquivo Histórico de Lisboa

AM-AHL. *Chancelaria Régia, Livro 1.º de D. Manuel I*, doc. 25 (antigo 26). *D. Manuel responde a um conjunto de questões colocadas pela Câmara de Lisboa* [8 ago.1498].

### Arquivo Nacional da Torre do Tombo

ANTT. *Leitura Nova, Estremadura*, Liv. 8.

### Biblioteca da Ajuda

BA. *Col. cartografia Ms. no Mappa/[d]a /cidade/ de/ braga/ pri/mas. Andre Ribeiro S[oa]res da] Sylva*, ca. 1756.

TRANSCRIPCIÓN DE LAS ORDENANZAS de descubrimiento, nueva población y pacificación de las Indias dadas por Felipe II, en 1573, en el Bosque de Segovia, según el original que se conserva en el Archivo General de Indias de Sevilla. Madrid: Ministerio de la Vivienda, Servicio Central de Publicaciones, 1973.

## BIBLIOGRAFIA

BEIRANTE, Ângela (1988). *Évora Medieval*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Tese de Doutoramento.

CALABI, Donatella (2001). *La città del primo Rinascimento*. Roma-Bari: Gius. Laterza & Figli Spa.

CARITA, Hélder (1999). *Lisboa Manuelina e a Formação de Modelos Urbanísticos da Época Moderna (1495-1521)*. Lisboa: Livros Horizonte.

GÓIS, Damião (2001). *Descrição da Cidade de Lisboa*. Tradução de José da Felicidade Alves. Lisboa: Livros Horizonte.

GONÇALVES, Iria (1980). *Aspectos económicos e sociais da Lisboa do século XV estudados a partir da propriedade régia*. «Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas». 1, 153-204.

GSCHWEND, Annemarie Jordan (2017). *Fazer compras na Rua Nova dos Mercadores*. In *A Cidade Global*. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga, Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp. 132-189.

GUIDONI, Enrico (1990). *I portici nella tradizione urbanistica europea*. In BOCCHI, Francesca, a cura di. *I Portici di Bologna e Ledilizia civile e medievale*. Bologna: Grafis Edizione, pp. 55-63.

MAURÍCIO, Rui (2000). *O mecenato de D. Diogo de Sousa Arcebispo de Braga (1505-1532): Urbanismo e Arquitectura*. Leiria: Edições Magno, 2 vol.

MERLO, Alessandro (2016). *Logge italiane. Genesi e processo di trasformazioni*. Firenze: Dipartimento di Architettura Università degli Studi di Firenze.

- PENSABENE, Patrizio (2008). *I portici nelle case medievali di Roma*. In *Il reimpiego in architettura*. Roma: École Française de Rome, Sapienza Università di Roma, Dipartimento di storia dell'architettura, restauro e conservazione dei beni architettonici, pp. 67-93.
- PEREIRA, Ana Maria Magalhães de Sousa (2000). *Da Casa Grande da Rua dos Pelames à casa nova da Rua de Dom Gualdim*. Braga: Edições APPACDM de Braga.
- PEREIRA, Daniela Nunes (2019). *A organização do Mercado no tecido urbano de Braga, durante a Época Moderna*. In *II Congresso Internacional: as cidades na História: sociedade*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, pp. 205-235.
- PEREIRA, Daniela Nunes (2021). *Os espaços de Mercado nas cidades portuguesas entre os séculos XVI-XVIII*. Évora: Universidade de Évora. Tese de Doutoramento em História.
- PEREIRA, Gabriel (1998) [1885-1891]. *Documentos históricos da cidade de Évora*. Lisboa: INCM, 1.ª, 2.ª, 3.ª partes.
- PINTO, Pedro (2017). *Resumos e transcrições de documentos relativos à Rua Nova*. In *A Cidade Global. Lisboa no Renascimento/ The Global City. Lisbon in the Renaissance*. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga, Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp. 365-381.
- ROCHA, Ricardo (1989 [1750]). *Mapa das ruas de Braga*. Introd. de Maria da Assunção Jácome de Vasconcelos. Braga: Arquivo Distrital de Braga; Universidade do Minho.
- ROUSSEL, Christiane (2010). *Les infrastructures marchandes dans la Franche-Comté et ses marges du XVe au XVIIIe siècle*. In OTTENHEYM, Konrad A.; DE JONGE, Krista; CHATENET, Monique, eds. *Public buildings in early modern Europe*. Bélgica: Brepols, pp. 240-260.